

Simbioses e Influências Britânicas na Imprensa Periódica Portuguesa (1808-1826)

Eurico Gomes Dias
(ICPOL-ISCPSI)

1. Antecedentes

A maioria dos títulos da imprensa periódica portuguesa editados entre os finais do século XVIII e os inícios do século XIX dedicou-se basicamente aos campos humoristas, da recreação e da sátira mais ou menos velada.¹ Se uma determinada crítica social, política ou religiosa não podia ser difundida abertamente, fizeram-se uso dos mais diversos sofismas e estratégias para veicular uma mensagem contra a tirania política, cultural e religiosa, empreitadas que os periodistas efectivaram com mestria.² Por estes anos, a actividade da imprensa periódica entre nós foi quase inexistente, exceptuando a *Gazeta de Lisboa*, o órgão oficial do Governo, progressivamente descaracterizada e domesticada perante os poderes instalados. Assim decorreu este “ciclo” jornalístico até à entrada das tropas francesas em Lisboa, igualmente um ponto de viragem estrutural no universo periódico e da nossa História.³

Os próprios discursos noticiosos sofreriam transmutações profundas, onde as tónicas políticas de aceitação e/ou repúdio ao invasor

1 Cf. Tengarrinha 2013, 134-136.

2 Cf. Alves 2013.

3 Cf. Dias 2017.

francês seriam debatidas em quase todos os periódicos portugueses após Novembro de 1807, como se sabe. Será indubitável o crescente combate ideológico que se interpolará entre o “Portugal Velho” e a emergência do Liberalismo.⁴ A imprensa periódica assumirá um protagonismo férreo testada nas dificuldades vividas em Portugal, assim como nas comunidades de exilados ou emigrados portugueses noutros países, resultando na afirmação dos periódicos enquanto armas políticas, os quais estimularam a causa patriótica através da elevação da História Pátria perante as ingerências exteriores na vida nacional.

Contudo, num contexto histórico-político muito anterior às convulsões nacionais vividas entre 1807 e 1834, verificaram-se os primeiros registos de uma simbiose entre a imprensa periódica britânica e a portuguesa em vários “papéis” reveladores das permutas noticiosas entre os dois países, após a sua recepção e tradução entre nós: se não, vejam-se as *Noticias Catholicas, e Politicas de Inglaterra que trouxeraõ os ultimos Correyos do Norte: publicadas nesta Corte de Lisboa*⁵ (Officina de Miguel Deslandes, Lisboa), do qual apenas se conhece um número datado de 16 de Setembro de 1687, embora tenham provavelmente existido números seriados desta publicação, actualmente perdidos. Tratava-se de uma folha noticiosa apelando à restituição do culto católico romano em Inglaterra,⁶ tal como supostamente defendido por James II (1633-1701), na procura de um restabelecimento das relações diplomáticas e eclesiásticas entre a Inglaterra e a Santa Sé.

Seguir-se-iam as *Noticias de Inglaterra vindas pelo Correyo de Flandres*⁷ (Officina de Miguel Deslandes, Lisboa), em cujo primeiro número consta a data de 1 de Janeiro de 1689. O segundo número, de 3 de Janeiro de 1689, possui algumas alterações: *Noticias do Estado das Cousas de Inglaterra. Vindas de Amsterdam*. Terão existido apenas dois números? Contudo, é de ressaltar a velocidade das notícias transmitidas pelo *Noticias de Inglaterra*, dotadas de uma actualidade de dias ou poucas semanas desde Inglaterra, fornecendo dados muito sólidos

4 Cf. Moreira e Domingues 2020.

5 Cf. Cruz e Silva 1985, 62.

6 Cf. Grimberg 1967, 145-150.

7 Cf. *Catálogo das Publicações em Série (1641-1833)*, 62.

para Dezembro de 1688. Também publicou notícias provenientes de Amesterdão, Calais, Bruxelas, Paris, Ratisbona, etc. e incluiu declarações de James II e da sua segunda esposa, a Rainha Maria de Modena (1658-1718), assim como da Corte fugitiva e dos apoios concedidos por Louis XIV de França. Aqui ainda se podem consultar notícias provenientes dos combates entre a Santa Liga e o império turco otomano, assim como das disputas entre o Sacro Império Romano-Germânico contra a França do “Rei-Sol”.

Ainda nesse ano, editou-se o *Mercurio da Evropa, com suas noticias principaes, nam so dos successos da Liga Sagrada contra Infieis, mas descreve-se o caminho, que fez El-Rey da Graõ Bretanha Jacobo II, defensor da Fé, desde que sahio de Londres a França, até chegar a Irlanda, aonde fica de caminho para vir ao Reyno de Escocia. E descripçam do Reyno de Inglaterra*⁸ (Officina de Domingos Carneiro, Lisboa), dos quais saíram 3 números, a 20 e 28 de Maio e a 7 de Junho de 1689, com ligeiras alterações nos seus títulos. O *Mercurio da Evropa* recolheu e publicou várias epístolas diplomáticas e informações avulsas, posteriormente traduzidas para a língua portuguesa e propagadas em “forma de gazeta ou *relaçam*”. Os autores seriam quase sempre estrangeiros e poucas referências eram alusivas a Portugal. O *Mercurio da Evropa* reuniu notícias enviadas de Londres, Paris, Roma, Viena e Varsóvia, entre outras cidades, anunciando as campanhas da Santa Liga. De seguida, relatou a chegada de James II e da Rainha Maria de Modena ao exílio, a receptividade de Louis XIV e os preparativos para o seu regresso a Inglaterra com o supremo objectivo de recuperar o trono. Os deputados protestantes do Parlamento inglês tinham convidado William of Orange a libertar a Inglaterra das influências católicas e este, chegando ao país nos finais de 1689, garantiu o êxito da *Glorious Revolution*.⁹

Paralelamente, nesse mesmo anos, publicara-se as *Noticias Geraes de Evropa, com os Aviso, que ha de Alemanha, Venesa, Inglaterra, França, & Irlanda. Vindas no ultimo correyo de Italia, & Norte* (Officina de Miguel Deslandes, Lisboa), do qual apenas existe um número datado de 27 de

8 Cf. Cunha 194, 63; e *Catálogo das Publicações em Série (1641-1833)*, 59.

9 Cf. Israel, 2003.

Maio de 1689. Devem ainda recordar-se as razões político-religiosas que justificam as facilidades concedidas para informar as diligências de James II ou, por outro lado, da Santa Liga no Sudoeste europeu. De qualquer modo, mencionou notícias expedidas de Viena, Belgrado (temporariamente reconquistada pelas tropas habsburgas entre 1788 e 1790), Ratisbona, Amesterdão, Londres, Dublin, Bruxelas, Veneza, Milão, etc., pese embora não haver quaisquer referências a Portugal.

Foi em 10 de Agosto de 1715, um sábado, que o primeiro periódico oficial português iniciou a sua publicação e ocuparia o lugar cimeiro na História da imprensa periódica nacional. Até então, praticamente não existiam informações sobre assuntos anglófonos nos poucos periódicos publicados em Portugal. Embora seja vulgarmente conhecida como *Gazeta de Lisboa*,¹⁰ ao longo da sua vida editorial ostentou diferentes títulos, constituindo uma “espinha dorsal” que alicerçou o universo periódico entre os séculos XVIII e XIX, mesmo quando adoptou outras denominações e estratégias. Graças à sua autoridade, todos os periódicos publicados de 1715 em diante consideraram a *Gazeta de Lisboa* como um padrão primordial. Publicado semanalmente em folhetos com 4, 6 ou 8 fólios (com suplementos, ou não) num formato “in-quarto”, ostentava o título *Historia Annual, Chronologica, e Politica do Mundo, & especialmente da Europa...* no seu primeiro número, sendo o seu redactor José Freire de Monterroio Mascarenhas (1670-1760),¹¹ o qual dirigiu a publicação até falecer com uma idade bastante avançada. O “primeiro ciclo” da *Gazeta de Lisboa* (1715-1760) tem conhecido várias reinterpretações em estudos e dissertações académicas, permitindo responder às muitas omissões bibliófilas e jornalísticas na historiografia contemporânea,¹² embora esteja por fazer uma investigação cabal sobre o noticiário de origem britânica na *Gazeta de Lisboa* em todo o seu percurso histórico.

10 Cf. Silva *et al.* 1859, 137-14; Pereira, vol. I (manuscrito), [s.d.], 39-44v.º; Pereira e Rodrigues 1907, 714-716; Cunha, 70-101; Martins 1942, 26-37; Lapa 1967, 19-24; Tengarrinha, 42-44, 59-61, 65-69, 93-94, 123-125, 206-207, 265-266; Rocha 1998, 21-22; e Alves 2000, 152-156.

11 Cf. Machado 1754, vol.II, 853-858; vol. IV, 1759, 210-211; vol. IV, 1860, 343-353; vol. XII, 337; e *Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira*, vol. XVII, [s. d.], 760-761.

12 Neste sentido, veja-se Belo 2000, 619-637; *Idem* 2001; e Lisboa (coord.) 2002.

Logo após a suspensão da *Gazeta de Lisboa*, refira-se a *Gazeta Extraordinaria de Londres*,¹³ (Fig.1) de autoria anónima, embora fosse apenas a tradução de um relatório militar inglês expedido de Havana (Cuba) com destino a Whitehall, em 21 de Agosto de 1762. Publicada por E. Owen e T. Harrison, igualmente em Londres, foi traduzida para português em Lisboa e editada por Miguel Rodrigues, em 30 de Setembro de 1762, o que demonstra a fluência comunicacional da época. Mesmo tratando-se da transcrição/tradução de um documento militar, considerava-se um periódico de número único, resumindo 64 fólios “in-quarto”. Dotado de uma elevada qualidade narrativa, descreve pormenorizadamente a capitulação da praça espanhola de Havana perante as tropas inglesas, em 13 de Agosto de 1762, no decorrer da Guerra dos Sete Anos (1756-1763), constituindo-se uma fonte histórica para a compreensão desse conflito, conhecido entre nós por Guerra Fantástica.¹⁴

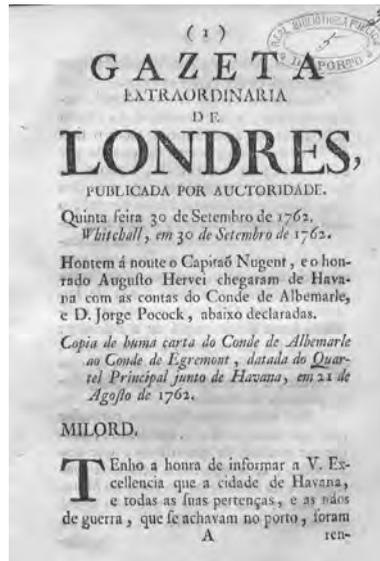


Fig.1

13 Cf. *Dicionário Jornalístico Português*, vol. I. 99; Cunha, 246; Tengarrinha, 46; *Catálogo das Publicações em Série (1641-1833)*, 50; e Alves, 209.

14 Cf. Barrento, 2006.

Entre as publicações periódicas que noticiavam os avanços científicos europeus e norte-americanos, encontra-se o *Palladio Portuguez, ou Clarim de Pallas que annuncia periodicamente os Novos Descobrimentos n'Agricultura, Artes, Manufacturas, Commercio*¹⁵ [Officina Patriarcal, Lisboa, 1796], publicado mensalmente por Fr. José Mariano da Conceição Veloso (1724-1811),¹⁶ célebre botânico de origem brasileira. Embora só tivesse editado dois números/volumes com cerca de 150 páginas “in-quarto”, descreve entusiasticamente as novas invenções como o telégrafo, ainda algo rudimentar, motivando a inclusão de excelentes ilustrações coloridas, a primeira vez que tal sucedeu no jornalismo português. Possuía uma expressão descritiva norteada para a divulgação técnica, ainda que se possa apontar-lhe um certo teor enciclopédico.¹⁷

Refira-se a tradução e inclusão de artigos extraídos do *European Magazine* (1782-1826) ou de *The London Gazette* (1665-), os quais acusavam a correspondência do editor com os principais círculos informativos europeus, num claro sinal da necessidade em noticiar as inovações científicas através do periodismo nacional, não obstante a sua carestia. Também se podem aqui rever algumas reflexões de carácter médico-farmacêutico redigidas por médicos portugueses no Brasil e noutros pontos do império ultramarino português. Este jornal foi dedicado à Real Junta do Comércio, Agricultura, Fábricas e Navegação¹⁸ (1788-1834), talvez os protectores ou mecenas desta publicação.

Apesar do forte abatimento no periodismo português na passagem do século XVIII para o século XIX, refira-se um dos periódicos europeus mais influentes e uma das melhores fontes de informação contemporânea: o *Mercurio Britannico*¹⁹ ([s. n.], Londres, 1798-1800). Editado por Jacques Mallet du Pan (1749-1800),²⁰ um jornalista suíço natural de Genebra e exilado em Inglaterra, era uma tradução

15 Cf. *Dicionário Bibliográfico Portuguez*, vol. VI, 1862, 334-335; vol. XVII, 1894, 333; *Dicionário Jornalístico Portuguez*, vol. I, 129-29v.º; *Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira*, vol. XX, 37; Cunha, 248; *Catálogo das Publicações em Série (1641-1833)*, 66; e Nunes, 2001, 67-68.

16 Cf. Gama, 1869; e Nunes e Brigola 1999, 51-75.

17 Cf. Ramos 1988, 143; e Araújo 200, 66-67.

18 Cf. Serrão (coord.) vol. I., 1984, 256-276.

19 Cf. *Dicionário Jornalístico Portuguez*, vol. I, 117-118; Cunha, 250; *Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira*, vol. XVI, 983; Tengarrinha, 42; e *Catálogo das Publicações em Série (1641-1833)*, 58-59.

20 Cf. Acomb 1973.

fidedigna do *Mercurio Britannique* (1798-1800) efectuada em Londres, apesar de desconhecermos o tradutor do texto original para o português. Publicou trinta números quinzenais com cerca de sessenta páginas “in-quarto”, posteriormente encadernado em quatro volumes.

De enormíssimo préstimo para o estudo das relações internacionais e as políticas francesas anteriores ao estabelecimento do Império (1804), o *Mercurio Britannico* é uma obra essencial para a História da Suíça, tendo em conta que sempre escassearam estudos historiográficos portugueses sobre aquele país. É igualmente um manifesto político contra a invasão francesa dos cantões suíços, motivando a criação da República Helvética (1798). Quando o *Mercurio Britannico* recordou as grandes ofensivas da História, como as invasões bárbaras e árabes da Europa, afirmava que até essa barbárie foi “controlada”, ao invés do que os exércitos franceses infligiam aos países que ocuparam.

Na mesma linha editorial, Jacques Mallet du Pan tratou de, repetidamente, acusar o governo revolucionário francês de desrespeitar todas as regras políticas e os acordos diplomáticos estabelecidos entre as nações europeias. Defendendo um pensamento conservador e antiliberal, Jacques Mallet du Pan encarava a Inglaterra como a “salvadora” da velha Europa perante a marcha imparável das ideias revolucionárias francesas.²¹

2. As Dinâmicas do Periodismo Português no “Primeiro” Exílio Britânico

Todo o período entre 1807 e 1811 foi decisivo para a imprensa periódica nacional devido ao impacto do Bloqueio Continental (1806) decretado por Napoleão Bonaparte (1769-1821), ao qual Portugal não aderiria. Em consequência, seguir-se-iam as Invasões Francesas, cujos prejuízos foram monumentais em quase todas as oficinas tipográficas devido ao saque de armazéns, a inutilização de material tipográfico, a destruição dos postos de venda e distribuição, etc. Contudo, a resistência ao ocupante estrangeiro encontraria um

21 Cf. *Mercurio Britannico...*, n.º XII, 10 Fevereiro 1799, 199.

modo altamente eficiente de combater as forças francesas no campo jornalístico e manter a chama patriótica da independência portuguesa, apesar de todas as dificuldades e perseguições.

Na conjuntura internacional da nossa imprensa periódica nasceria o *Correio Braziliense ou Armazem Literario* (1808- 1822),²² um periódico mensal publicado por Hipólito José da Costa (1774-1823)²³ (Fig.2) em Londres, o qual contabilizou 175 números. Através deste periódico, despachado clandestinamente para Portugal e o Brasil, defendeu-se a emancipação colonial brasileira com a cobertura noticiosa à Revolução Pernambucana (6 de Março de 1817) e aos eventos conducentes à independência do Brasil. Encerraria a sua publicação em 1822, visto que, segundo a perspectiva do redactor, não faria sentido conservar uma publicação no estrangeiro após o Brasil alcançar a sua plena soberania. Deste modo, é igualmente considerado o primeiro periódico brasileiro.



Fig.2 Hipólito José da Costa de autor desconhecido. Óleo sobre tela.

22 Cf. *Diccionario Jornalístico Portuguez*, vol. I, 166-167; Cunha, 256-257; Martins, 34; Tengarrinha, 50-51, 84-88, 90-93, 95-99; *Catálogo das Publicações em Série (1641-1833)*, 38; Brandão 2005, 43, 50, 80; Nunes, 92; Rodríguez 1996, 355-356; e Rafael e Santos, vol. I, n.º 1244, 193. Por todos, veja-se *Correio Braziliense ou Armazem Literario*, edição fac-similada, vols. I-XXXII, 2001.

23 Cf. Costa, vols. I-II, 1811; *Diccionario Bibliográfico Portuguez*, vol. III, 1859, 198-200 e vol. X, 1883, 34; Dourado, vols. I-II, 1957; Rizzini 1957; e Ferreira, vol. V. 1987, 737-770.

Ao longo dos catorze anos de produção jornalística difundiu um discurso doutrinário assente nas novas concepções políticas e de uma imprensa opinativa ligada aos partidarismos das lutas europeias e americanas. Consolidou-se, portanto, o “personal comment”,²⁴ em que se pressupunha, por exemplo, um “direito de resposta” e a troca de correspondência com os leitores, publicável, ou não, nesses periódicos. Verdadeiro percursor dos estudos de Direito Internacional Comparado, Hipólito José da Costa defendia a liberalização dos sistemas governativos, de acordo com uma matriz político-jurídica inglesa. Devemos lembrar que este autor não foi um académico, embora a sua expressão politóloga estivesse imbuída de uma percepção actualíssima da História.²⁵ Atendendo aos enredos políticos em que se movimentou, lutou pela renovação institucional dos sistemas políticos português e brasileiro, sem ocultar o desejo pela autonomização completa do Brasil. Nesse sentido, considerava a Inglaterra, que o acolheu no seu longo exílio, a verdadeira “meta” civilizacional a atingir pelos povos.²⁶

Comparando os sistemas jurídico-políticos europeus, demonstrou a violência brutal que marcou a História de Inglaterra, em contraposição com a aparente “tranquilidade” retratada pela História de Portugal. Lançando um debate historiográfico sobre temáticas tão originais como a influência do Direito normando nos fundamentos das polémicas “Cortes de Lamego”, estabeleceu um vínculo inopinado entre as nações mais antigas da Europa. Esta hipótese tinha um propósito claramente político, no qual seria necessário vislumbrar o

24 Na imprensa periódica desta época multiplicaram-se os ataques a Hipólito José da Costa e ao *Correio Brasiliense* ou *Armazem Literário*, criando-se alguns periódicos para combater a sua divulgação. Contudo, não se trata de verdadeiros “periódicos”, mas apenas de cartas ou manifestos endereçados ao autor e compilados noutras publicações: José Anselmo Corrêa Henriques, *Argus Lusitano: ou Cartas Analíticas*. (Londres: Oficina de Cox Son and Baylis, 1809-1810); Joaquim de Santo Agostinho Brito França Galvão, *Reflexões sobre o Correio Brasiliense* (Lisboa: Impressão Régia, 1809); *Exame dos Artigos Historicos, e Politicos, que se contem na Collecção Periodica intitulada Correio Brasiliense, ou Armazem Litterario, no que pertence somente ao Reino de Portugal* (Lisboa: Impressão Régia, 1810); *Apologia do Periodico, que tem por titulo, Reflexões sobre o Correio Brasiliense* (Lisboa: Oficina de Simão Thaddeo Ferreira, 1810); *Aviso aos Portuguezes sobre o Correio Brasiliense* (Lisboa: Impressão Régia, 1811).

25 Cf. Costa, vols. I-III, 1809.

26 Cf. *Idem* 1809, 180-181.

passado para construir um futuro promissor para Portugal e, naturalmente, para o Brasil.²⁷

Para Hipólito José da Costa, a figura do monarca constituía-se o símbolo máximo da Nação, embora discordasse do poder absoluto das Coroas. Seja como for, qualquer que fosse o predicado com que se revestisse o poder régio, a Lei deveria ser suprema. O monarca só deveria exercer o poder, *de facto*, se agisse em concordância com a Lei, nunca a seu bel-prazer, qual déspota, como afirmava ter sido D. Pedro I, por exemplo. Sem olvidar as disposições das Ordenações Afonsinas e as *Leys das Siete Partidas*, defendeu que competia ao monarca legislar, mas sempre apoiado nos aparelhos deliberativos vigentes, tais como as Cortes, não esquecendo as analogias com o sistema parlamentar britânico, que ambicionava ver instituído em Portugal.

A luta pela emancipação dos povos e a sua interveniência nos assuntos de Estado foi transversal em toda a História da Europa e, obviamente, Portugal e a Inglaterra não foram excepção. Era necessário “remontar” às tradições da participação (ideal) de todos os segmentos da sociedade nos actos governativos e legislativos, ainda que a esfera judicial se mantivesse orientada por individualidades especializadas, como seria o seu caso, um jurisconsulto. Este ensejo das camadas populares em intervirem no governo do Estado remontava à Idade Média, sendo inegável o seu papel resolutivo na História de Portugal e de Inglaterra. Por outro lado, Hipólito José da Costa defendia a separação das influências religiosas dos assuntos nacionais, apelando a uma “democratização” e laicidade gerais. Embora não utilizasse este conceito na sua acepção actual, interessava-lhe modernizar o *status quo* nacional, baseando-se nos argumentos históricos e nas exigências práticas que se acumulavam.²⁸

A despeito das incertezas que permanecem sobre a imparcialidade política do “primeiro jornalista brasileiro”, o valor intelectual de Hipólito José da Costa é indiscutível, distinguido por uma intervenção memorável na realidade política enquanto sustentou a sua

27 Cf. *Idem*, vol. III, 1809, 374-375.

28 Cf. *Idem*, vol. IV, 1810, 82-84.

actividade jornalística. Dever-se-á entender o *Correio Braziliense ou Armazem Literario* como um marco na imprensa periódica aquando das Invasões Francesas, ainda que seja, inclusive, uma *milestone* para o universo periódico brasileiro. Mentor de ideias sociais e políticas inovadoras, este periódico soube utilizar o exercício da História em proveito dos desafios que a sociedade portuguesa enfrentava por esses anos conturbados.

É de destacar ainda a edição do *Correio de Londres*²⁹ (Impressão Régia, Lisboa), uma tradução quase literal do *London Courier and Evening Gazette* (1801-1839), o qual circulou em conjunto com outras publicações similares.³⁰ Publicado entre 15 de Julho de 1809 e 4 de Dezembro de 1810, os seus quarenta e cinco números apresentavam títulos distintos, o que, por vezes, obstrui o seu devido recenseamento crítico, embora, além do conteúdo noticioso sobre as guerras na Europa, fosse desprovido de outras temáticas.

Um dos periódicos portugueses mais emblemáticos fundados por imigrantes liberais neste contexto seria *O Investigador Portuguez em Inglaterra*³¹ (Londres, 1811-1819), da responsabilidade dos médicos Bernardo José de Abrantes e Castro (1771-1833),³² Vicente Pedro Nolasco da Cunha (1771-1844)³³ e, após Janeiro de 1814, José Liberato Freire de Carvalho (1772-1855),³⁴ (Fig.4) cuja intervenção tornou este periódico tão notório a nível internacional. Editado entre Junho de 1811 e Fevereiro de 1819, contou noventa e dois números mensais (ou “cadernos”), compilados em vinte e três volumes. Cada número possuía, em média, cerca de 130-300 páginas, usando um formato gráfico idêntico ao “in-quarto”.

29 Cf. *Dicionário Jornalístico Portuguez*, vol. I, 170-170; Cunha, 261; Tengarrinha, 62; e *Catálogo das Publicações em Série (1641-1833)*, 39.

30 As traduções do *Correio de Londres* podem considerar-se uma continuação do *Mercurio Britannico, ou Noticias Historicas, e Criticas sobre os Negocios Actuaes* (1798-1800), por exemplo.

31 Cf. *Dicionário Bibliográfico Portuguez*, vol. III, 1859, 230-231; vol. X, 1883, 94; *Dicionário Jornalístico Portuguez*, vol. I, 197-198; *Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira*, vol. XIII, 994; Cunha, 263-264; Tengarrinha, 50-51, 87-88, 90-91, 96-98; Rodríguez, 356; Nunes, 91-92; e *Jornais e Revistas Portuguesas do Século XIX*, vol. I, n.º 2879, 428.

32 Cf. *Dicionário Bibliográfico Portuguez*, vol. I, 1858, 379-380; e vol. VIII, 1867, 394.

33 Cf. *Dicionário Bibliográfico Portuguez*, vol. VII, 1862, 434-439; e vol. XX, 1911, 12-13.

34 Cf. Machado 2011.



Fig.4

Este periódico, além dos inúmeros artigos científicos e literários, contém documentação imprescindível para a História política e militar do primeiro quartel do século XIX. O *Investigador Português em Inglaterra* foi editado sob os auspícios de D. Domingos António de Sousa Coutinho (1760-1833), 1.º conde e marquês do Funchal, então embaixador na Corte londrina, o qual obteve um subsídio do Governo português, sediado no Rio de Janeiro, para combater as doutrinas hostis do *Correio Braziliense ou Armazem Literario* (1808-1822), de Hipólito José da Costa, e, mais tarde, de *O Portuguez ou, Mercurio Politico, Commercial e Literário* (1814-1826), de João Bernardo da Rocha Loureiro, entre outros periódicos incluídos no circuito londrino.

Apesar de, numa primeira fase, a cooperação com os agentes da Coroa portuguesa ter granjeado os seus objectivos, a partir da entrada de José Liberato Freire de Carvalho e a substituição de quase todo o corpo da redacção inicial, o conteúdo do periódico adoptou uma postura agressiva, recusando sujeitar-se às directrizes governamentais até que, finalmente, cessaram todas as subvenções. Em breve, a proibição de circulação de *O Investigador Portuguez em Inglaterra* foi promulgada, à semelhança com os dois periódicos supramencionados e os quais se propusera combater.

Em Dezembro de 1818, José Liberato Freire de Carvalho confiava a redacção do periódico a outros colaboradores, os quais apenas publicariam os números de Janeiro e Fevereiro de 1819. A nível literário, o conteúdo multifacetado deste periódico foi intimamente influenciado pelo ambiente inglês, sendo um dos primeiros impulsionadores do Romantismo, veiculando os valores estéticos de autores ingleses, entre os quais o famoso Sir Walter Scott (1771-1832), demonstrando o seu entusiasmo pelos temas medievais e a História da Península Ibérica. Todos os seus editores possuíam uma formação sólida no campo da Medicina, vocação que lhes possibilitou manter um discurso noticioso notável, mas cujo interesse pela História foi crucial.

O Investigador Portuguez em Inglaterra publicou uma transcrição de um opúsculo dedicado ao amor português à Pátria – *o Discurso em que se tracta o Elogio da Nação Portugueza* –, editado pouco antes pelo engenheiro militar José Maria das Neves Costa (1774-1841), ainda que anonimamente. Numa demanda pelos valores medievais, procurou legitimar a obrigação de qualquer cidadão em “imitar” os exemplos dos antigos portugueses.³⁵ Um dos assuntos mais tratados por *O Investigador Portuguez em Inglaterra* foi a exigência pela extinção do Tribunal do Santo Ofício, apelando-se à liberdade religiosa, embora os autores deste periódico não encobrissem as suas confissões católicas romanas. Ainda assim, a liberalidade do seu pensamento era manifestamente contrária à existência daquele tribunal eclesiástico, ainda activo no contexto peninsular e nos territórios ultramarinos.³⁶

35 Cf. *O Investigador Portuguez em Inglaterra...*, vol. IV, Junho 1812, 17-33. Trata-se de uma transcrição do opúsculo de José Maria das Neves Costa, *Discurso em que se tracta o Elogio da Nação Portugueza...*, 1811.

36 Cf. *O Investigador Portuguez em Inglaterra...*, vol. VI, Junho 1813, 453-454.

Os textos de António da Visitação Freire de Carvalho apontam para a revisão dos sistemas políticos, em que o Absolutismo foi entendido como o decadentismo dos poderes políticos, pelo que se impunha esclarecer a opinião pública acerca dos sistemas feudais.³⁷ Nas extensas páginas de *O Investigador Portuguez em Inglaterra* encontram-se ainda notícias sobre o gradual protagonismo político, militar e económico dos Estados Unidos da América no contexto internacional. Deveras proveitoso para o entendimento político internacional, é, por outro lado, extremamente profícuo para o conhecimento histórico do Exército português, sobretudo no campo da Estratégia e da Tática, veiculando a urgência de fundar academias militares e impor reformas no seio do Exército português, entre outras preocupações estruturais.

3. Um Novo Vigor do Periodismo Português no Contexto Internacional

Num ambiente editorial vibrante como se vivia em Londres no início ao século XIX, sucediam-se as iniciativas dos emigrantes políticos portugueses na publicação de periódicos – veja-se o semanário *O Espelho Politico e Moral*,³⁸ redigido por José Anselmo Correia Henriques (1777-1831)³⁹ e João Bernardo da Rocha Loureiro,⁴⁰ entre 4 de Maio de 1813 (n.º 1) e 1 de Fevereiro de 1814 (n.º 41). Com uma excelente apresentação gráfica, destacou a política internacional dos Estados Unidos da América, entre inúmeros anúncios publicitários. No âmbito historiográfico, a aridez discursiva de *O Espelho Politico e Moral* foi notória, não obstante o uso de referências históricas com

37 Carvalho, vol. IX, Março 1814, 2-4.

38 Cf. *Dicionário Jornalístico Portuguez*, vol. I, 183-183; Cunha, 265-266; Tengarrinha, 62, 84, 87, 92; Brandão, 88, 92; Alves 2000, 432-438, 489-495; *Catálogo das Publicações em Série (1641-1833)*, 46; Nunes, 91-93; e *Jornais e Revistas Portuguesas do Século XIX*, vol. I, n.º 2013, 303.

39 Cf. *Dicionário Bibliográfico Portuguez*, vol. IV, 1860, 235-236; e vol. XII, 1884, 220.

40 Relembramos que João Bernardo da Rocha Loureiro foi o impulsor do *Correio da Peninsula ou Novo Telegrafo* (1809-1810), juntamente com Nuno Álvares Pereira Pato Moniz. Finda a publicação de *O Espelho Politico e Moral*, iniciaria depois a edição de *O Portuguez; ou, Mercurio Politico, Commercial e Literario* (1814-1826).

um cunho propagandístico à “raça portuguesa” e que o sentimento romântico e ultra-romântico aperfeiçoaria em tempos mais recentes.

Entre os periódicos editados em Londres, impôs-se um dos mais importantes órgãos de comunicação internacional da imprensa periódica nacional: *O Portuguez ou Mercurio Politico*⁴¹ (1814- 1826), redigido por João Bernardo da Rocha Loureiro e José Anselmo Henriques (1777-1831). Ilustre publicação política, este periódico mensal registou uma procura imensa pelo público leitor em Inglaterra e Portugal, apesar das violentas proibições que o Governo promulgara contra a sua edição, circulação e leitura.⁴² É uma fonte histórica valiosíssima para o conhecimento político coevo,⁴³ ainda que dirigisse panegíricos à monarquia portuguesa, mas evidenciando unicamente as dinastias de Borgonha e Avis. Chamou a atenção para o papel regulador (e até conciliador) das “Cortes de Lamego” entre os povos e a Coroa,⁴⁴ um tema que seria retratado até à exaustão na nossa imprensa periódica no período liberal.

Ainda no contexto londrino, despontaria o *Microscopio de Verdades*⁴⁵ (1814-1815) (Fig.5), sob a orientação do diplomata Francisco de Alpoim e Meneses (1790-1870?).⁴⁶ Tratava-se de uma publicação muitíssimo politizada, cujos interesses editoriais se centralizavam nas relações internacionais entre Portugal e a Inglaterra, noticiando inúmera documentação diplomática, assim como as oportunidades comerciais que se adivinhavam com o final das Guerras Napoleónicas. Foi um dos primeiros periódicos portugueses a relatar os trabalhos do Congresso de Viena (1815) exaltando, em paralelo, os Estados Unidos da América enquanto actor internacional.

41 Cf. Balbi, tomo II, 2004 (fac-simile da edição de Paris: Chez Rey et Gravier, 1822), CLXXXI; *Dicionário Jornalístico Portuguez*, vol. I, 238-241; Cunha, 267; Tengarrinha, 84-85, 87-88, 92-94, 97-99; e *Jornais e Revistas Portuguesas do Século XIX*, vol. II, n.º 4168, 189.

42 Cf. Alves 2005.

43 Cf. Santos 2004, 16-21.

44 Cf. Moniz 1814, 471-482.

45 *Microscopio de Verdades; ou, Oculo Singular, para o Povo Portuguez ver puras, e singelas verdades despidas dos caprichos, e paixões particulares, e outras expostas a brilhante luz do patriotismo, depois de terem sido descobertas por elle, entre as sombras do erro, da ignorancia, ou malicia dos Godoyanos.* (Londres: W. Lewis, 1814-181). Cf. *Dicionário Jornalístico Portuguez*, vol. I, 217-217; Cunha, 266; Tengarrinha, 84, 92; Alves, 428, 574; *Catálogo das Publicações em Série (1641-1833)*, 60; e *Jornais e Revistas Portuguesas do Século XIX*, vol. II, n.º 3478, 95.

46 Cf. *Dicionário Bibliográfico Portuguez*, vol. II, 185, 327-328; e vol. IX, 187, 248.

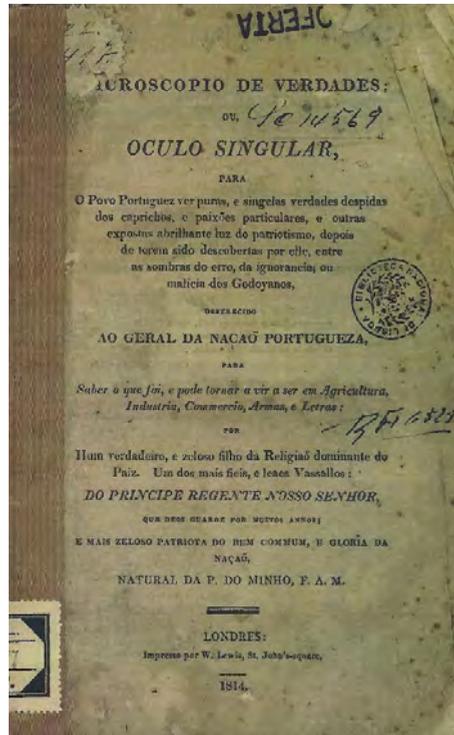


Fig.5

Além dos interesses gerais do *Microscopio de Verdades* em escassos oito números irregulares, apresentou algumas reflexões alicerçadas na História para a defesa de determinadas opções políticas da Coroa portuguesa. Absolutista convicto e posteriormente perseguido pelo Liberalismo, Francisco de Alpoim e Meneses tentou, apesar de tudo, compreender o constitucionalismo ao longo da nossa História e onde se verificaria uma participação das camadas populares nas decisões gerais da Nação. Assim, o debate em torno das Cortes de Lamego⁴⁷ e do parlamentarismo foram temas habituais, sugerindo já uma conciliação entre as facções liberais e absolutistas.

47 Cf. Meneses 1814, 17-34.

O *Microscopio de Verdades* teve uma existência efêmera, mas o contributo qualitativo dos seus apontamentos historiográficos conseguiu marcar a diferença numa publicação explicitamente dedicada à discussão política. Residindo demoradamente em Londres, o pensamento político do seu autor seria influenciado pelo sistema parlamentar britânico, embora ciente dos antagonismos da sociedade portuguesa em relação às reformas políticas, defendendo que, acima das lutas políticas, importava manter a independência nacional.

Ainda pertencente aos periódicos liberais da “primeira emigração” em Londres, recordamos *O Campeão Portuguez, ou o Amigo do Rei e do Povo*⁴⁸ (1819-1821), redigido por José Liberato Freire de Carvalho, o qual reuniu trinta e seis números quinzenais, tendo cessado com o seu regresso a Lisboa.⁴⁹ Escrito numa linguagem menos virulenta do que outros periódicos congêneres, apelou para a implementação de reformas políticas e sociais, censurou os abusos do Governo no Rio de Janeiro e “preparou-se” para a inevitável mutação política após Agosto de 1820, tendo sido posteriormente um repositório de notícias e documentos sobre a Revolução Liberal.

Contudo, o último dos periódicos portugueses criado em Londres aquando a Revolução Liberal seria *O Padre Amaro, ou Sovéla, Política, Historica, e Literaria*,⁵⁰ publicado entre Janeiro de 1820 e Maio de 1826, resultando numa colectânea de doze volumes – continuado pelo *Apêndice ao Padre Amaro* (1826-1830), num total de seis volumes. Editado por Joaquim Ferreira de Freitas (1771-1831),⁵¹ o qual esteve ao serviço das forças francesas, tendo depois fugido para Londres e abraçado o jornalismo. Periódico francamente politizado e faccioso, era movido pela defesa pública do esforço independentista brasileiro, recebendo uma tença vitalícia de 600 libras anuais a expensas de

48 Cf. *Diccionario Jornalístico Portuguez*, vol. I, 160-162; Cunha, 270-271; Tengarrinha, 84-85, 92-94; *Jornais e Revistas Portuguesas do Século XIX*, vol. I, n.º 877, 142.

49 Sucedido por *O Campeão Portuguez em Lisboa, ou o Amigo do Povo e do Rei Constitucional. Semanario Politico para advogar a causa e interesses da Nação Portuguesa em ambos os Mundos, e servir de continuação ao Campeão Portuguez em Londres* (Lisboa: Typographia Rollandiana, 1822-1823).

50 Cf. *Diccionario Jornalístico Portuguez*, vol. I, 233-234; Cunha, 271; Tengarrinha, 84, 92, 143; Alves, 429; e *Jornais e Revistas Portuguesas do Século XIX*, vol. II, n.º 3840, 147.

51 Cf. *Diccionario Bibliographico Portuguez*, vol. IV, 1860, 77-79; vol. XII, 1884, 36-37.

D. Pedro IV (1798-1834), a qual raramente teria sido paga. Periódico de referência política nos primórdios do Portugal constitucional, acabaria por tributar atenção a outros períodos da História de Portugal, assim como a outras temáticas.

Nesse tempo, o periodismo português encontrava-se em forte exaltação e as alusões à História de Portugal foram uma ferramenta essencial nas iniciativas do periodismo através do qual pretendia-se transmitir a concepção de um imaginário histórico ideal. Todos os periódicos portugueses assinalaram um rejuvenescimento, vislumbrando o futuro com optimismo e expectativa. Adoptando Clio como mentora, assistiu-se a uma célere metamorfose da actividade jornalística,⁵² embora a nossa imprensa periódica especializada seguisse, paralelamente, um caminho traçado por outros países europeus após a criação das suas academias e a multiplicação de periódicos científicos.⁵³

4. Tempos de Viragem Política às Vésperas da Revolução Liberal

Em 24 de Agosto de 1820 iniciou-se um levantamento revolucionário no Porto que se propagaria para outras vilas e cidades portuguesas, consolidando-se com a adesão de Lisboa.⁵⁴ Não se registaram grandes focos de oposição à revolta, a qual foi provocada pelo pretexto da falta de pagamento dos soldos militares e por comerciantes descontentes, garantindo o apoio de quase todas as camadas sociais. A junta governativa de *Lord William Carr Beresford* (1768-1854) foi prontamente substituída pela Junta Provisional do Governo Supremo do Reino, convocando-se as Cortes Gerais para preparar uma Constituição segundo o modelo espanhol. Ainda que o Congresso de Viena (1814-1815) promovesse o retorno aos moldes do Absolutismo de modo a impedir as ideias liberais – fomentadas pelos soldados franceses ou por poetas românticos, como o inglês *Lord Byron*

52 Cf. Barros, 2001.

53 Cf. Barata, 2003.

54 Cf. Cardoso 2019; e Albuquerque 2020.

(1788- 1824),⁵⁵ partidário das lutas pelas nacionalidades –, os povos subjugados exigiam reformas urgentes. Apenas a Rússia, o Império Austro-Húngaro e a Prússia, principais signatárias de Viena, preservavam as suas monarquias absolutistas. A Espanha implementou uma Constituição liberal (Cádiz, 1820), mas seria suspensa, porém, pela reacção absolutista de 1823 e a consequente guerra civil até 1839. Também os ventos revolucionários sopraram em Portugal, semeando o gérmen do Liberalismo.⁵⁶

A muito custo, D. João VI regressará a Lisboa em 1821, após as eleições para as Cortes Constituintes. Em 1822, jurou a Constituição, ensombrada pela independência brasileira a 22 de Setembro desse ano, impelida igualmente pelos ideais liberais e os exemplos contíguos das Américas. As revoluções liberais decompueram o xadrez político ocidental, para além das suas fronteiras. O século XIX assiste ao êxito de numerosas sublevações nos territórios europeus e latino-americanos, fundamentadas nas nacionalidades e nas constituições baseadas no princípio universal da *Liberté, Egalité, Fraternité* difundido pela Revolução Francesa de 1789. A tolerância religiosa foi uma das reivindicações gerais, abrindo o caminho à laicização das sociedades e às liberdades de culto e de consciência, originando, em contrapartida, uma decadência nas instituições eclesiásticas europeias, antigos sustentáculos das monarquias absolutas, agora desprovidas de poder, imunidades e privilégios.⁵⁷

Por conseguinte, os tempos também foram revolucionários nos meandros da imprensa periódica, daí esta data ser um “turning point” em qualquer estudo sobre o periodismo nacional.⁵⁸ Como se verificou desde o nascimento da imprensa periódica em 1641, a História continuou a sustentar as práticas jornalísticas, fornecendo as estruturas necessárias para a construção das representações discursivas com que se divulgaram os acontecimentos. Foi igualmente o tempo que antecedeu a entrada do Romantismo no panorama literário português e em que o próprio ofício historiográfico assistirá a mudanças inovadoras movidas pela aproximação entre a História e o Jornalismo.

55 Cf. Freire, 1944.

56 Cf. Costa, Domingues e Monteiro (orgs.) 1989; e Leal (coord.) 2013.

57 Cf. Monteiro 2003.

58 Cf. Tengarrinha 1993.

Obras Citadas

I) Fontes Periódicas

- Apologia do Periodico, que tem por titulo, Reflexões sobre o Correio Brasiliense.* Lisboa: Oficina de Simão Thaddeo Ferreira, 1810.
- Argus Lusitano: ou Cartas Analiticas.* Londres: Oficina de Cox Son and Baylis, 1809-1810.
- Aviso aos Portuguezes sobre o Correio Brasilienze.* Lisboa: Impressão Régia, 1811.
- Correio Braziliense ou Armazem Literario*, edição fac-similada, vols. I-XXXII. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado, 2001.
- Correio Braziliense ou Armazem Literario.* Londres: W. Lewis, Paternoster-Row, [et al.], 1808- 1822.
- Discurso em que se tracta o Elogio da Nação Portuguesa...*, Lisboa: Impressão Régia, Lisboa, 1811.
- Exame dos Artigos Historicos, e Politicos, que se contem na Collecção Periodica intitulada Correio Braziliense, ou Armazem Litterario, no que pertence somente ao Reino de Portugal.* Lisboa: Impressão Régia, 1810.
- Gazeta de Lisboa [et al.]*, Lisboa: Oficina Pascoal da Sylva [et al.], 1715-1760.
- Gazeta Extraordinaria de Londres.* Lisboa: Oficina de Miguel Rodrigues, 1762.
- Mercurio Britannico, ou Noticias Historicas, e Criticas sobre os Negocios Actuaes.* Londres: [s. n.], 1798-1800.
- Mercurio da Evropa, com suas noticias principaes, nam so dos successos da Liga Sagrada contra Infeis, mas descreve-se o caminho, que fez El-Rey da Graõ Bretanha Jacobo II, defensor da Fé, desde que sahio de Londres a França, até chegar a Irlanda, aonde fica de caminho para vir ao Reyno de Escocia. E descriçãam do Reyno de Inglaterra.* Lisboa: Oficina de Domingos Carneiro, 1689.
- Microscopio de Verdades; ou, Oculo Singular, para o Povo Portuguez ver puras, e singelas verdades despidas dos caprichos, e paixões particulares, e outras expostas abrilhante luz do patriotismo, depois de terem sido descobertas por elle, entre as sombras do erro, da ignorancia, ou malicia dos Godoyanos.* Londres: W. Lewis, 1814-1815.
- Noticias Catholicas, e Politicas de Inglaterra que trouxeraõ os ultimos Correyos do Norte: publicadas nesta Corte de Lisboa a 16. de Setembro, Anno de 1687.* Lisboa: Oficina de Miguel Deslandes, 1687.

- Noticias Geraes de Evropa, com os Avisos, que ha de Alemanha, Venesa, Inglaterra, França, & Irlanda. Vindas no ultimo correyo de Italia, & Norte.* Lisboa: Officina de Miguel Manescal, 27 Maio 1689.
- O Campeão Portuguez em Lisboa, ou o Amigo do Povo e do Rei Constitucional. Semanario Politico para advogar a causa e interesses da Nação Portugueza em ambos os Mundos, e servir de continuação ao Campeão Portuguez em Londres.* Lisboa: Typographia Rollandiana, 1822-1823.
- O Campeão Portuguez, ou o Amigo do Rei e do Povo. Jornal politico, publicado todos os quinze dias para advogar a cauza e interesses de Portugal.* Londres: L. Thompson, 1819-1821.
- O Espelho Politico e Moral,* Londres: W. Lewis, 1813-1814.
- O Investigador Portuguez em Inglaterra, ou Jornal Literario, Politico, &c.* Londres: H. Bryer; T. C. Hansard, 1811-1819.
- O Padre Amaro, ou Sovêla, Politica, Historica, e Literaria.* Londres: L. Thompson; R. Greenlaw, 1820-1826.
- O Portuguez ou Mercurio Politico, Commercial e Literario.* Londres: T. C. Hansard; W. Lewis; L. Thompson, 1814-1826.
- Palladio Portuguez, ou Clarim de Pallas que annuncia periodicamente os Novos Descobrimentos n'Agricultura, Artes, Manufacturas, Commercio, &c.* Lisboa: Officina Patriarchal, 1796.
- Reflexões sobre o Correio Brasiliense.* Lisboa: Impressão Régia, 1809.

II) Obras de Referência

- Cruz, Maria Helena Braga da; e José Matos da Silva (orgs.) *Catálogo das Publicações em Série (1641-1833).* Porto: Biblioteca Pública Municipal, 1985.
- Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira,* vols. I-XL. Lisboa: Editorial Enciclopédia/Página Editora, 1998.
- Machado, Diogo Barbosa. *Bibliotheca Lusitana...*, vols. I-IV. Coimbra: Atlântida, 1965-1967 [fac-simile da edição de Lisboa: Officina de Antonio Isidoro da Fonseca, 1741-1759].
- Pereira, Augusto Xavier da Silva. *Diccionário Jornalístico Portuguez,* vol. I (manuscrito). Lisboa: Academia das Ciências de Lisboa, [s. d.].
- Pereira, Esteves e Guilherme Rodrigues. *Portugal. Diccionário Histórico,* vols. I-VII. Lisboa: João Romano Torres Editor, 1904-1915.

- Rafael, Guida Guedes e Manuela Santos. *Jornais e Revistas Portuguesas do Século XIX*, vol. I. Lisboa: Biblioteca Nacional.
- Silva, Inocêncio Francisco da Silva [et al.]. *Dicionário Bibliográfico Portuguez...*, vols. I-XXII. Lisboa: Imprensa Nacional, 1858-1923.

III] Estudos

- Acomb, Frances Dorothy. *Mallet Du Pan (1749-1800). A Career in Political Journalism*. Michigan: Duke University Press, 1973.
- Albuquerque, Rui. *1820. O Liberalismo em Portugal*. Lisboa: Oficina da Liberdade/Alêtheia Editores, 2020.
- Alves, José Augusto dos Santos. *A Opinião Pública em Portugal (1780-1820)*. Lisboa: UAL, 2000.
- . *Glória, Memória e Mito: o Periodismo Vintista (1820-1823)*. Lisboa: Editora Media XXI/Centro de História da Cultura, 2013.
- . *Ideologia e Política na Imprensa do Exílio. O Portuguez (1814- 1826)*, 2.ª edição. Lisboa: INCM, 2005.
- . *O Poder da Comunicação*. Lisboa: Casa das Letras, 2005.
- Araújo, Ana Cristina. *A Cultura das Luzes em Portugal: Temas e Problemas*. Lisboa: Livros Horizonte, 2003.
- Balbi, Adrien. *Essai Statistique sur le Royaume de Portugal et d'Algarve...*, palavras prévias de Joaquim Romero Magalhães. Tomo II. Coimbra/Lisboa: Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra/INCM, 2004 [fac-simile da edição de Paris: Chez Rey et Gravier, 1822].
- Barata, Paulo. *Os Livros e os Liberalismos. Da Livraria Conventual à Biblioteca Pública*. Lisboa: Biblioteca Nacional, 2003.
- Barrento, António. *Guerra Fantástica. 1762: o Conde de Lippe e a Guerra dos Sete Anos*. Lisboa: Tribuna da História, 2006.
- Barros, João de. *A Revolução de 1820. A sua Obra e os seus Homens*. Lisboa: Caixotim Edições, 2001.
- Belo, André. «A Gazeta de Lisboa e o Terramoto de 1755: a Margem do Não Escrito», in *Análise Social*, n.ºs 151-152, vol. XXXIV. Lisboa: ICS, 2000.
- *Gazetas e os Livros. A Gazeta de Lisboa e a Vulgarização do Impresso (1715-1760)*. Lisboa: ICS, 2000.

- Brandão, Fernando de Castro. *Da Crise do Antigo Regime à Revolução Liberal (1799-1820): uma Cronologia*. Lisboa: Europress, 2005.
- Cardoso, José Luís. *A Revolução Liberal de 1820*. Tradução para o Inglês por José Manuel Godinho. Lisboa: CTT Correios de Portugal, 2019.
- Costa, Fernando Marques da; Francisco Contento Domingues; Nuno Gonçalves Monteiro (orgs.) *Do Antigo Regime ao Liberalismo (1750-1850)*. Lisboa: Editorial Vega, 1989.
- Costa, Hipólito José da. *Historia de Portugal*, vols. I-III. Londres: Oficina de F. Wincrave, 1809.
- . *Narrativa da Perseguição de Hippolyto Joseph da Costa Pereira Furtado de Mendonça... prezo, e processado em Lisboa pelo pretense crime de framaçon ou pedreiro livre*, vols. I-II. Londres: W. Lewis, 1811.
- Cunha, Alfredo da. "Elementos para a História da Imprensa Periódica Portuguesa (1641-1821)". Separata das *Memórias da Academia das Ciências de Lisboa*, tomo IV. Lisboa: Academia das Ciências de Lisboa, 1941.
- Dias, Eurico Gomes. *Representações da Idade Média na Imprensa Periódica Portuguesa entre a Restauração e a Revolução Liberal*. Lisboa: Caleidoscópio, 2017.
- Dourado, Mecenas. *Hipólito da Costa e o Correio Brasiliense*, vols. I-II. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1957.
- Ferreira, João Pedro. "A Proposta Constitucional do *Correio Braziliense*". Separata de *Cultura. História e Filosofia*, vol. V. Lisboa: Centro de História da Cultura/ FCSH-UNL, 1987.
- Freire, João Paulo. *Lord Byron: Vida e Obra, suas Referências a Portugal*. Lisboa: Empresa Nacional de Publicidade, 1944.
- Gama, José de Saldanha da. *Biographia e Apreciação dos Trabalhos do Botânico Brasileiro Frei José Mariano da Conceição Velloso*. Rio de Janeiro: Typographia de Pinheiro & C.^a, 1869.
- Grimberg, Carl. *História Universal. No Século de Luís XIV*, vol. XII. Mem Martins: Publicações Europa-América, 1967.
- Israel, Jonathan. *The Anglo-Dutch Moment: Essays on the Glorious Revolution and its World Impact*. Cambridge: Cambridge University Press, 2003.
- Lapa, Albino. *A Palavra «Lisboa» na História do Jornalismo*. Lisboa: CML, 1967.
- Leal, Ernesto Castro (coord.). *Liberalismo e Antiliberalismo*. Lisboa: Centro de História da Faculdade de Letras, 2013.

- Lisboa, João Luís (coord.). *Cadernos de Cultura. Gazetas. A Informação Política nos Finais do Antigo Regime*. Suplemento da Revista *Cultura. Revista de História e Teoria das Ideias*, n.º 4. Lisboa: Centro de História da Cultura/FCSH-UNL, 2002.
- Machado, Adelaide Vieira. *A Importância de se Chamar Português: José Liberato Freire de Carvalho na Direcção do Investigador Português em Inglaterra, 1814-1819*. Tese de doutoramento em História e Teoria das Ideias (Pensamento, Cultura e Política). Lisboa: FCSH-UNL, [texto policopiado], 2011.
- Martins, Rocha. *Pequena História da Imprensa Portuguesa*. Lisboa: Editorial Inquérito, 1942.
- Monteiro, Nuno Freitas. *Elites e Poder entre o Antigo Regime e o Liberalismo*. Lisboa: Instituto de Ciências Sociais, 2003.
- Moreira, Vital e José Domingues. *No Bicentenário da Revolução Liberal. Da Revolução à Constituição, 1820-1822*. Porto: Porto Editora, 2020.
- Nunes, Maria de Fátima e João Carlos Brigola. "José Mariano da Conceição Veloso (1724-1811): um Frade no Universo da Natureza". *A Casa Literária do Arco do Cego (1799-1801)*. Lisboa: BNL/INCM, 1999.
- . *Imprensa Periódica Científica (1772-1852). Leituras de «Sciencia Agrícola» em Portugal*. Lisboa: Estar Editora, 2001.
- Ramos, Luís A. de Oliveira. *Sob o Signo das «Luzes»*. Lisboa: INCM, 1988.
- Rizzini, Carlos. *Hipólito da Costa e o Correio Braziliense*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1957.
- Rocha, João L. de Moraes. *O Essencial sobre a Imprensa em Portugal*. Lisboa: INCM, 1998.
- Rodríguez, Alberto Pena. "História do Jornalismo Português". *História da Imprensa*, cap. VIII. Coord. Alejandro Pizarroso Quintero. Lisboa: Planeta Editora, 1996.
- Santos, Maria Helena Carvalho dos. "Jornalistas, Poder e Exílio nos Princípios de Oitocentos". *O Jornalismo Português: Passado, Presente e Futuro. Actas & Colóquios da Hemeroteca*. Lisboa: HML/CML, Lisboa, 2004.
- Serrão, Joel (coord.). *Roteiro de Fontes da História Portuguesa Contemporânea. Arquivo Nacional da Torre do Tombo*, vol. I. Lisboa: Instituto Nacional de Investigação Científica, 1984.

- Tengarrinha, José. *Da Liberdade Mitificada à Liberdade Subvertida. Uma Exploração no Interior da Repressão à Imprensa Periódica de 1820 a 1828*. Lisboa: Colibri, 1993.
- . *Imprensa e Opinião Pública em Portugal*. Coimbra: Minerva Coimbra, 2006.
- . *Nova História da Imprensa Portuguesa. Das Origens a 1865*. Lisboa: Temas & Debates/Círculo de Leitores, 2013 (2.^a edição, Lisboa: Editorial Caminho, 1989).